



1
2

Reunião Ordinária – Ata nº 12/2012

Data – 2012-06-18

Início – 14.35 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.37 horas

Presenças:

Presidente Rui Miguel dos Santos Serrano (em substituição)

Vereadores Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta justificada: Não esteve presente na reunião, a Presidente da Câmara, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque, por se ter deslocado ao estrangeiro em serviço oficial.

Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 15-06-2012:

a) Dotações Orçamentais €2.813.075,43
b) Dotações não Orçamentais €47.488,53

Total das Disponibilidades €2.860.563,96



O vice-presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

O vice - Presidente da Câmara começou por dar conta do balanço das festas de Abrantes 2012, cujo documento se anexa à presente ata e se dá por transcrito.

O vereador António Belém Coelho subscreve o que foi dito relativamente à realização das Festas de Abrantes, apenas com uma exceção, que se prende com o espetáculo da Mariza, não estando em causa a qualidade da artista, mas sim, pelo facto do tipo de espetáculo não se adequar ao modelo das festas e também pela qualidade do som que prejudicou a atuação da artista.

Fez ainda um reparo pelo facto de ser feita menção à presença de artesãos do concelho e referiu que, também devia ser feita alusão à participação dos artesãos dos concelhos limítrofes, que igualmente contribuíram para o enriquecimento das festas.



O vereador António Santana-Maia chegou à reunião quando eram 14,43 horas.



Nº 42 - Apresentou para aprovação, a seguinte proposta de Deliberação:

"Como é do conhecimento público, foi recentemente apresentada pelo Ministério da Justiça, a proposta do "Quadro de Referência para a Reforma da Reorganização Judiciária".

Nessa sequência, a Delegação de Abrantes da Ordem dos Advogados, enviou à Câmara Municipal cópia da deliberação tomada sobre o assunto, em Assembleia da Comarca realizada no dia 6 de Junho (p.p.).

Analisado o referido documento, a Câmara Municipal de Abrantes manifesta a sua completa solidariedade com todas as propostas apresentadas pela Delegação de Abrantes da Ordem dos Advogados, nomeadamente, no que se refere a manutenção em Abrantes da Secção do Tribunal de Família e Menores e da Secção do Tribunal do Trabalho.

Esta proposta vem aliás ao encontro daquele que foi o parecer do Conselho Superior de Magistratura, sendo igualmente corroborado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e pela Associação Nacional de Municípios.

Acredita-se ainda referir que o Tribunal de Abrantes possui condições físicas de excelência para o funcionamento destas secções e que o número de processos entrado no Tribunal de Abrantes reforça ainda mais esta posição, justificando a sua manutenção. Damos conta que, quinta-feira dia 21 de Junho, pelas 18.00h, faremos uma conferência de imprensa no Edifício Pirâmide, convidando a Ordem dos Advogados, o Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Abrantes e a Juíza do Tribunal do Trabalho."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

O vereador António Belém Coelho referiu que, está de acordo com conteúdo da referida proposta, no entanto acha estranho o facto de anteriormente a esta reunião, os vereadores do PSD já terem feito uma intervenção acerca desta matéria e ninguém se ter pronunciado sobre a mesma.

O vereador Santana-Maia Leonardo diz que, sem discordarem inteiramente da dita proposta, referiu que a posição dos vereadores do PSD é ligeiramente diferente, pelo que, apresentou uma declaração subscrita pelos mesmos, com o título "Pela Racionalidade da Reforma do Mapa Judiciário", que por ser extensa, se anexa à presente ata e se dá por transcrita.



Nº 43 - O vice-Presidente da Câmara apresentou para aprovação, a seguinte Proposta:

"Ao abrigo da alínea i) do artigo 53º, da Lei nº 16999 de 18/9, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11/1 pode a Câmara Municipal, mediante deliberação da Assembleia Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respetivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública.

Considerando que Associação de Desenvolvimento Integrado de Mouriscas, ADIMO tem por "objetivo apoiar e promover o desenvolvimento integrado da freguesia de Mouriscas, pelo que procurará inventariar recursos, elaborar estudos e propor projetos que conduzam a adoção de soluções adequadas as realidades económicas, sociais e culturais da freguesia";

Considerando que ADIMO, estatutariamente, leva efeito as atividades de: Colaborar com entidades públicas e privadas interessadas no desenvolvimento integrado de Mouriscas; Promover, apoiar e organizar ações de formação profissional e outras que valorizem os recursos humanos da freguesia; Organizar e manter serviços de informação e documentação; Candidatar-se com projetos locais, aos programas

Ata da reunião de -18- de junho de 2012

gerais específicos, quer nacionais, quer de âmbito comunitário, destinados a apoiar o desenvolvimento integrado da freguesia; Definir produtos locais de qualidade e desenvolver mercados adequados; Preservar a cultura local, e ligar a formação profissional a organização de novas atividades e empresas, capazes de aproveitar recursos locais, humanos e materiais;

Considerando que já existe protocolo de cedência precária das instalações das antigas escolas primárias de Mouriscas a ADIMO;

Considerando que, com a cedência de instalações em regime de direito de superfície, se cimenta a promoção do apoio ao desenvolvimento cultural, associado ao desenvolvimento de novos públicos e à descentralização da cultura, e o desenvolvimento local global da Freguesia;

Considerando que constituem atribuição do Município, nos termos das alíneas e) e n) do artigo 13º da Lei 159/99 de 14/9, as áreas do património, cultura, ciência e da promoção do desenvolvimento;

Propõe-se que a CMA aprove para posterior deliberação na Assembleia Municipal, que seja autorizada a doar o direito de superfície, que constitui sobre o prédio urbano, sito na Rua Colégio Infante de Sagres, Mouriscas, (edifício das antigas escolas primárias de Mouriscas), a favor de ADIMO.

A constituição do direito de superfície é efetuada por um prazo de 20 anos, prorrogável por períodos de 10 anos, desde que se mantenham os fins previstos, constantes do objeto da Associação.

ADIMO fica obrigada a ceder instalações às associações e outras entidades com as quais nesta altura mantém protocolos, desde que se mantenham nos fins das mesmas, as áreas da cultura, património e desenvolvimento, inseridos no contexto do contrato originário celebrado entre CMA e ADIMO.

Igualmente fica obrigada a ceder instalações ao Município para os eventos e atividade que este leve a efeito, mediante simples notificação, sem prejuízo da divisão dos encargos de energia e água que de tal decorrer.

Extinto o direito de superfície, mesmo por decurso do prazo, não há lugar a indemnização por parte do Município ao superficiário.

O direito de superfície extingue-se pelas formas expressas na lei, e pela condição resolutiva de não utilização, ou utilização em desrespeito dos fins pressupostos pela sua constituição, de acordo com deliberação fundamentada da Câmara Municipal tomada após audiência prévia, e em razão da extinção de ADIMO ou não exercício de atividade durante 3 anos, equivalendo a esse facto a não exibição dos planos e relatórios de atividade solicitados em prazos indicados."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 44 - O vice-Presidente da Câmara, apresentou também uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, a abertura de procedimento pré-contratual para "Requalificação da EN 118 na localidade Alvega".

Informa também que o valor do contrato não ultrapassará os 590.499,79€, (quinhentos e noventa mil quatrocentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver direito e o prazo de execução da obra é de 180 dias.
- 78435

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual para "Requalificação da EN 118 na localidade Alvega".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

O vereador António Belém Coelho referiu que na zona da sua residência, mais uma vez foram abertas uma série de valas que ainda se encontram a céu aberto, para transportar a fibra ótica para o Centro de Emprego de Abrantes e questionou por que razão, quando se faz este tipo de obras, não se aproveita a abertura da vala para instalar tubagem para outras infraestruturas que posteriormente possa ser utilizada, sem haver necessidade de reabrir novas valas.



Nº 45 - Apresentou igualmente para aprovação, o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, com vista à aquisição de serviços, para "Assistência Técnica para Impressora instalada no Gabinete de Comunicação". - 69521

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o parecer prévio com vista à aquisição de serviços, para "Assistência Técnica para Impressora instalada no Gabinete de Comunicação".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 46 – O vice-Presidente da Câmara apresentou ainda, para aprovação, um pedido da Associação de Geminação de Abrantes, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de €772,50 (setecentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), para apoiar o transporte de comboio Abrantes/Parthenay/Abrantes de três jovens que irão estagiar durante 4 semanas no Centro de Deficientes Motores - Foyer Gabrielle Bordier em Parthenay (FGB).

Mais informa que os estágios irão decorrer durante os meses de julho e agosto de 2012 e os jovens ficarão alojados com direito a refeições em famílias de acolhimento e receberão um pequeno subsídio do FGB para apoio à sua estadia. - 76662

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 772,50 (setecentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos), para pagamento das viagens de ida e volta em comboio, de três jovens que irão participar num estágio no Foyer Gabrielle Bordier em Parthenay.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 47 – Por último, apresentou para ratificação do órgão executivo, um despacho da Presidente da Câmara, datado 17 de junho de 2012, que aprovou a atribuição de apoio financeiro no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), à Comissão Organizadora do Concurso Nacional de Saltos de Abrantes – Hipismo, integrado nas Festas de Abrantes 2012, para fazer face aos prémios definidos. – 78498

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.

VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento de uma ação levada a efeito pela Associação Humanitária de Dadores de Sangue da Freguesia de Tramagal sobre "A Temática do Sangue" e que contou com a participação das escolas do concelho de Abrantes.

Referiu que se tratou de uma atividade que já é desenvolvida há algum tempo, mas que este ano teve o apoio do Finsocial e que envolveu na sua totalidade, 565 alunos e 21 professores. Mencionou que de ano para ano o número de alunos aderentes tem vindo a aumentar e salientou a importância desta atividade, tendo em conta a sua temática.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos deu conhecimento do seguinte plano de atividades da Divisão de Desporto e Juventude, a levar a efeito de 18 junho a 01 de julho de 2012:

Atividade/Evento	Local	Dia	Hora
Férias Jovens 2012 – Verão Ativo	Infraestruturas Desportivas e Culturais do Concelho de Abrantes	18.Junho a 13.Julho	09h00–17h30 (c/ almoço) 09h00- 12h00/14h00- 17h30 (s/ almoço)
1ª Resistência Urbana BTT de Abrantes	Centro Histórico de Abrantes	23.Junho	20h00
8ª Edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol - Encerramento	Cidade Desportiva – Campo nº 1 (Relva Natural)	23.Junho	10h00
Encontro Gerontolímpico	Parque Urbano de Abrantes – São Lourenço	28.Junho	10h00
Campeonato Nacional de Juvenis - Atletismo	Pista de Atletismo – Cidade Desportiva de Abrantes	30.Junho 01.Julho	15h00 09h00

11º AQUA paper de Abrantes	Parque Náutico de Recreio e Lazer de Aldeia do Mato	30.Junho	10h30
1º Raid BTT - "À Descoberta do Cabeço das Águias"	Arreciadas	01.Julho	09H00



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma carta enviada pela Associação de Pais da Escola E.B. nº 1 de Abrantes, a agradecer a reabertura da Cantina Escolar da referida escola.

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de delegação de competências, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Junta de Freguesia de Tramagal, com vista à comparticipação financeira para as obras e intervenções de "Requalificação do Mercado de Tramagal" e "Núcleo Museológico Industrial de Tramagal".

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
74236	Freguesia de Alvega	XII Semana Gastronómica e Cultural de Alvega - 2012	28,29,30 de junho e 1 de julho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> Recinto improvisado; Ruído; Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; 	123,63€

Ata da reunião de -18- de junho de 2012



				<ul style="list-style-type: none"> • Afixação de cartazes e atividade 	
76794	Freguesia de Tramagal	258º Aniversário da freguesia de Tramagal Festejos anuais	23 e 24 de junho 2012 14 e 15 de agosto 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes e atividade. 	165,88€
77281	Associação Cultural e Recreativa de Vale de Rãs	Festejos anuais	29 e 30 de junho e 1,6,7,8 de julho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes. 	105,99€
76235	Freguesia de Vale das Mós	Festa de S. João	23 e 24 de junho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Afixação de cartazes. 	35,47€
75913	Associação Melhoramentos dos Amigos da Bairrada, Vale de Bairrada e Carrapatoso	Festejos anuais	8,9 e 10 de junho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes. 	100,05€
75564	Associação Pais e Encarregados de Educação da escola Nº 2 de Abrantes	Festa final de ano	13 de junho 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Recinto de diversão provisória e ocupação da via pública. 	207,56€
75820	Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes	Festa Final de ano escolar nas antigas instalações da Rodoviária	8 de junho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciamento de atividade; • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes. 	112,26€
76938	Associação de Festas de Barrada	Festa de Solidariedade de Barrada	23 de junho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes. 	96,09€
75619	Comissão de Melhoramentos de Pucariça	Baile de Santo António de Pucariça	13 de junho de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Recinto improvisado; • Ruído; • Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais; • Afixação de cartazes. 	96,09€

27

75815	Agrupamento Escolar de Tramagal	Baile de Finalistas	9 de junho de 2012	• Licenciamento de ruído	8,87€
75387	Associação Vidas Cruzadas	Conferência Temática Jantar solidário	28 de maio a 6 de junho de 2012 28 de maio de 2012 a 6 de julho de 2012	• Afixação de cartazes	32,34€
72831	Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	Semana Académica de Abrantes 2012	16 a 20 de maio de 2012	• Cedência do antigo pavilhão da Quimigal; • Montagem de palco; • Cedência de 30 grades anti-motim	456,34€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 4 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 8 de junho de 2012, do seguinte teor:

"Considerando que de 14 a 17 de Junho 2012 se irá realizar a edição do corrente ano as Festas da Cidade, com um grande número de atividades a o correrem no centro histórico da cidade;

Considerando que o evento é um importante atrativo turístico da cidade;

Considerando também que se poderá aproveitar a ocasião para incrementar e dinamizar o comércio local do centro histórico;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio, na atual redação, e do artigo 5º do Regulamento dos Horários de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços da Área do Município de Abrantes, e competência da Câmara Municipal alargar os limites fixados dos horários do comércio;

Determino que de 14 a 17 de Junho de 2012 os horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e serviços, situados no perímetro urbano da cidade de Abrantes, poderão praticar horário livre até às 24.00 horas.

Este despacho foi proferido ao abrigo da competência prevista no artigo 57º, nº 3 e do artigo 68º, nº 3, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na atual redação, ficando sujeito a ratificação da Câmara Municipal na primeira reunião realizada após a sua prática."

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Divisão Jurídica

Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o Contrato de Arrendamento Social, celebrado entre o Município de Abrantes e Carlos Manuel Fernandes Mateus, pelo valor mensal de 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos). - 66239

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido contrato de arrendamento.

Ao Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, para os devidos efeitos.



Nº 6 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, remetendo para aprovação, a celebração de contrato de cedência de exploração do edifício situado na margem norte do rio Tejo – Freguesia de S.João – Aquapolis, Abrantes. - 78231

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a celebração de contrato de cedência de exploração do espaço situado na margem norte do rio Tejo – Freguesia de S. João – Aquapolis, Abrantes, entre o Município de Abrantes e a firma Catarino & Mateus, Lda., por, em anterior concurso público lançado para aquele efeito o mesmo ter ficado deserto e ao abrigo do disposto no ponto 26 do programa de concurso que consagra a possibilidade de a Câmara efetuar ajuste direto, caso o concurso fique deserto e desde que o contrato se celebre em condições substancialmente idênticas às estabelecidas para efeitos de concurso.

Deliberou ainda, que em tudo o omissso na proposta agora apresentada, o contrato reger-se-á pelas normas do caderno de encargos do concurso lançado para aquele efeito, devendo este caderno de encargos fazer parte integrante e prevalecente do contrato.



Divisão Financeira

Nº 7 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 28 de maio de 2012, referindo que no âmbito do Programa Finsocial 2011, foram aprovados projetos cujo montante total do apoio a atribuir ascendia a 35.515,00€. Verifica-se agora que as despesas executadas não correspondem ao inicialmente previsto, pelo que há um remanescente de 8.101,27€ a anular, conforme mapa anexo à presente informação. - 76242

Tomado conhecimento.

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 5ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes. - 78569

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação o montante estimado em 10.016,00€ (dez mil e dezasseis euros), referente à despesa com o fornecimento de refeições para os jovens que irão participar na atividade "Verão Ativo 2012" e que serão fornecidas pelo Centro Social do Pessoal do Município, no âmbito do protocolo celebrado entre as duas entidades. - 77050

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante de 10.016,00€ (dez mil e dezasseis euros), referente à despesa com o fornecimento de refeições para os jovens que irão participar na atividade "Verão Ativo 2012", conforme a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para contratação de "Serviços de Conetividade à Internet". - 73161

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para contratação de "Serviços de Conetividade à Internet".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para contratação de "Serviço Móvel Terrestre". - 69857

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para contratação de "Serviço Móvel Terrestre".

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, abertura de procedimento pré-contratual para "Fornecimento e Manutenção de Equipamento Multifunções de Impressão, Cópia e Digitalização".

Mais informa que o contrato será celebrado até 31 de dezembro de 2013 e o valor não ultrapassará os 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver direito. - 69331

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual para "Fornecimento e Manutenção de Equipamento Multifunções de Impressão, Cópia e Digitalização".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição e Manutenção de Software Microsoft".

Mais informa que o contrato terá início em janeiro de 2013 e será celebrado por 2 anos. - 75416

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição e Manutenção de Software Microsoft".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, acerca do pedido do Gabinete do MIAA, que sugere a atribuição de um apoio financeiro de 420,00€ ao Centro Social de S. Facundo e 680,00€ ao Centro Social do Souto, pelo apoio prestado no âmbito do projeto de voluntariado para a realização de escavações arqueológicas (jovens voluntários do IPT), nomeadamente o fornecimento de refeições. - 68587

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição dos referidos apoios financeiros, nos termos da citada informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, o pedido de autorização prévia genérica, relativamente à assunção de compromissos plurianuais para os seguintes casos: - 77932

- que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das GOP;
- que os seus encargos não excedam o limite imposto no artº 22º da Lei nº 197/99, de 8 de junho (99.759,58€) em cada um dos anos económicos.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de autorização prévia, de acordo com a citada informação da Divisão Financeira e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, abertura de procedimento pré-contratual por concurso público sem publicação no JOUE, para "Aquisição de serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação, enquadrado no Programa Pirâmide Mágica".

Mais informa que o contrato será celebrado por um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, nos termos dos artºs 48º e nº 1 do artº 440º do CCP e o valor não ultrapassará os 87.480,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito (o que corresponde ao valor anual de 29.160,00€ + IVA). - 58924

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição de serviços no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação, enquadrado no Programa Pirâmide Mágica".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, abertura de procedimento pré-contratual por Ajuste Direto Regime Geral, para "Aquisição de serviços de manutenção da rede de fibra ótica".

Mais informa que o contrato será celebrado pelo prazo de 3 anos, nos termos dos artºs 48º e nº 1 do artº 440º do CCP e o valor não ultrapassará os 35.000,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito.

Informa ainda que, o contrato está sujeito a aplicação de redução remuneratória nos termos do artº 26º da LOE 2012. - 69035

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento pré-contratual para "Aquisição de serviços de manutenção da rede de fibra ótica".

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o pedido de autorização de despesas plurianuais, nos termos do artigo 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, na sequência de um pedido da Divisão de Ação Social, a solicitar o reforço orçamental da verba atribuída ao Banco Social, no âmbito do protocolo celebrado para o efeito, no montante de 12.000,00€.

Mais informa que o saldo atual é de apenas 3.000,00€, pelo que nos termos da informação do Diretor do Departamento de Intervenção Social, tal justifica-se, pelas dificuldades crescentes e pelo agravamento evidente das condições sociais e económicas da população. - 74097

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço orçamental da verba atribuída ao Banco Social, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Intervenção Social.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 12 de junho de 2012, aludindo que o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., formulou um convite para apresentação de proposta, no âmbito de um Ajuste Direto Regime Simplificado, para celebração de contrato com vista à utilização de uma sala no Estádio Municipal de Abrantes, para realização de uma ação de formação Jardinagem e Espaços Verdes - EFA - Nível III - B1. O período de utilização será entre 25 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012, todos os dias úteis, em período laboral, das 9h às 13h e das 14h às 18h.

Apresentam como preço base do procedimento 350,00€/mês, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos da al. i) do nº 1 do artº 64º da Tabela de Taxas Municipais em vigor, o custo hora do auditório é de 10,43€/hora, acrescido de IVA a taxa legal em vigor. Considerando, 7 horas de utilização/dia e uma média de 22 dias úteis/mês, tal significaria um montante a cobrar de 1.606,22€/mês, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Nos termos de informação anterior do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, na qual é referido que "como o espaço está sob a incidência do Regulamento e Tabela de Taxas e para se afastar o regime regra, terá de ser proferida deliberação da Câmara Municipal reduzindo parcialmente o valor, atendendo a que a entidade é pessoa coletiva de direito público, acrescentando-se que a atividade tem eminente interesse municipal, em razão de os formandos serem residentes, na maior parte, no concelho de Abrantes, e em regra de se retirar partido efetivo da utilização. (...)".

Neste sentido, sugere que a Câmara Municipal reduza o valor previsto na tabela de taxas, aceitando-se o pagamento de 350,00€/mês, com os fundamentos referidos. - 78107

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução parcial das taxas conforme previsto no artigo 22º al. d) do Regulamento e artigo 31º da Tabela de Taxas, nos termos supra citados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Ação Social

Nº 20 - Para conhecimento, a vereadora Celeste Simão, apresentou uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 31 de maio de 2012, relativa à 5ª monitorização do Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior. - 42012

Tomado conhecimento.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, referente a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 9 de maio de 2012, acerca do pedido Maria de Jesus Maleitas, a solicitar a alteração do valor da renda referente ao fogo municipal, sito no Bairro Municipal, nº 60, em Abrantes, do qual é arrendatária, em virtude de ter havido uma alteração na composição do agregado familiar. - 73325

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reajuste da renda do fogo municipal, sito no Bairro Municipal, nº 60, em Abrantes, da arrendatária, Maria de Jesus Maleitas, para o montante de 105,29€ (cento e cinco euros e vinte e nove cêntimos), com efeito a junho de 2012.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, referente a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 12 de junho de 2012, que remete para aprovação, as alterações ao Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, relativas às comparticipações para a frequência no ensino superior. - 78348

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas alterações, nos termos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, referente a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 12 de junho de 2012, que remete para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, a Fundação Rotária Portuguesa e o Rotary Club de Abrantes, para atribuição de bolsas de estudo ao ensino superior. - 78377

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 6 de junho de 2012, que aprovou a minuta de protocolo de cooperação, celebrado entre o Município de Abrantes e a Associação de Atletismo de Santarém, para a realização das seguintes atividades: - 78072

- a) Torneio de Abertura — Km Jovem Regional, no dia 17 de Março de 2012;
- b) Campeonato Regional de Juvenis, nos dias 25 de Abril e 01 de Maio de 2012;
- c) Olímpico Jovem Regional, nos dias 12 e 13 de Maio;
- d) Meeting de Abrantes — Atletismo, dia 07 de Junho de 2012;
- e) Campeonatos de Santarém, nos dias 16 e 17 de Junho 2012;
- f) Campeonato Nacional de Juvenis, nos dias 30 de Junho e 01 de Julho de 2012;

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, remete para aprovação, o pedido da Associação "Envolve", a solicitar a utilização gratuita do complexo municipal de piscinas de Abrantes (Piscina de Ar Livre), para 12 jovens e 2 monitores, no período de 18 de junho a 31 de agosto de 2012, no âmbito de um ATL de verão. - 78225

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 282,70€ (duzentos e oitenta e dois euros e setenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Manutenção e Transportes

Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, remetendo para aprovação, o pedido da Banda Filarmónica Alveguense, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, pela utilização do autocarro municipal, no dia 25/07/2012 pelas 10:00 horas e regresso de Lisboa/Alvega no dia 30/07/2012 pelas 21:00 horas, em virtude de se terem deslocado à Ilha Terceira nos Açores, para uma atuação. - 70943

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas, pela utilização do autocarro municipal.



Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 102 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de junho de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Beneficiação de Troço Desclassificado da EN 2 entre o Km 405,300 (Rossio ao Sul do Tejo) e o Km 407,440 (Arrifana)", adjudicada a Mendes-Transportes, S.A., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	149.017,78€
Trabalhos Contratuais Realizados	149.017,78€
Revisão de Preços	2.295,41
Total	151.313,19€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 105 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 06 de junho de 2012, acerca da conta final definitiva da empreitada de "Aquapolis – Margem Sul 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes", adjudicada à Sociedade Construções José Coutinho, S.A., que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	1.060.000,00€
Trabalhos Contratuais Realizados	1.060.000,04€(1)
Revisão de Preços	8.683,24€
Total	1.068.683,28€

(1) - A diferença deve-se a arredondamentos verificados nos vários autos da obra.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.

2
A1

Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 103 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de junho de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Centro Coordenador de Transportes de Abrantes – Alterações no 1º Piso", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 104 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de junho de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Movimento de Terras para Acesso e Implantação do Arquivo Municipal Eduardo Campos – Parque Industrial de Abrantes", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de maio de 2012, acerca do licenciamento de construção de uma habitação, na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em S. Facundo, Abrantes, requerido por Pedro Manuel Bispo Bernardino e Helena M. Bispo Tomás – 71/09

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita dos interessados, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção de uma habitação, nos termos previstos pelo nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 29 de maio de 2012.

Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Ata da reunião de -18- de junho de 2012

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de maio de 2012, acerca do licenciamento de alterações em edifício, sito na Rua dos Oleiros, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por Vitor Manuel Alves Santareno - 546/07

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente a alterações num edifício nos termos previstos pelo nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 29 de maio de 2012.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de maio de 2012, acerca do licenciamento de construção de uma habitação, em Aldeia do Mato, Abrantes, requerido por Maria Aurora Patrício Pedro Caseiro - 839/04

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à construção de uma habitação nos termos previstos pelo nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, de acordo com a referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e nos termos da informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 29 de maio de 2012.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

2

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 131/2012 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de junho de 2012, acerca do pedido de informação prévia de construção de unidade industrial, sito em Vale do Feto, Pego, Abrantes, requerido por Afeinsa - Agrupacion de Fabricantes y exportadores de Ingenieria y Servicios Auxiliares, S.A. - 78097

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao pedido de informação prévia apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela referida informação técnica nº 131/2012 RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 12 de junho de 2012, que aprovou a seguinte proposta de ocupação de espaço público no Centro Histórico no decorrer das Festas da Cidade: - 78261

"Considerando que a Câmara Municipal pretende a dinamização do Centro Histórico, designadamente no decorrer das festas da cidade, para a qual se espera o contributo dos comerciantes locais;

Considerando a manifestação de interesse por parte de vários comerciantes do Centro Histórico de Abrantes em utilizar o espaço público contíguo aos seus estabelecimentos no decurso das festas da cidade, com o objetivo de rentabilização da sua atividade neste período de maior afluência de público;

Propõe-se que a Câmara Municipal autorize a utilização do espaço público contíguo aos estabelecimentos que manifestem esse interesse junto do Município no período em que decorrem as festas da cidade, mediante o cumprimento dos requisitos seguintes:

A ocupação terá que se verificar junto à fachada do estabelecimento, não podendo ultrapassar os limites laterais do respetivo estabelecimento;

A ocupação não poderá prejudicar o livre acesso ao estabelecimento nem aos edifícios contíguos;

Deverá ser salvaguardado um corredor para peões de largura de passeio maior ou igual a 0,90 m;

Deverá ser salvaguardado um corredor de passagem para viaturas de emergência;

O titular do estabelecimento fica responsável pela reposição do espaço público nas condições exatas em que o mesmo se encontrava antes da ocupação, incluindo a sua limpeza;

O titular do estabelecimento é responsável por eventuais prejuízos ou danos que venham a causar ao Município ou a terceiros, decorrente da ocupação;

A manifestação do interesse atrás referida deve processar-se através de requerimento e planta de localização à escala 1:2000, com o local de ocupação pretendido.

Propõe-se também a dispensa do pagamento das taxas de ocupação do espaço público às pessoas (incluindo as pessoas coletivas) que adiram a este programa temporário de animação e dinamização do Centro Histórico, ao abrigo da alínea d) do artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças, considerando-se, com pretensão de adesão, cumprida a formalidade prevista no artigo 13º do Regulamento de Taxas e Licenças."

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano.



Nº 36 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara Rui Serrano, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 12 de junho de 2012, que aprovou a proposta referida na informação do serviço "Mais Rua", datada de 11 de junho de 2012, do seguinte teor:

"O Município encontrou uma solução que estimula o uso de transporte coletivo, em detrimento do transporte individual, numa ótica de diminuição da poluição atmosférica e do ruído, do aumento da eficiência energética, da segurança, da eficiência económica e da equidade social. É neste contexto que se propõe a utilização deste transporte urbano coletivo "aBUSA", no decorrer das Festas da Cidade 2012, de forma a conferir aos cidadãos um modo de transporte rápido, económico, seguro, cómodo, com stress reduzido, para que, o visitante usufrua de todo o ambiente de Festa que na cidade se irá fazer sentir.

Assim propõe-se que, o seu horário durante o período das Festas de Abrantes seja das 10:00H às 22:00H, de forma a que os visitantes/municípios tenham oportunidade de usufruir deste serviço e que este seja um serviço gratuito durante este período." - 77996

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à informação nº 19/2012.EC, da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 12 de abril de 2012, que remete para aprovação, proposta de regulamento de venda e instalação de Lotes/Parcelas no Parque Industrial de Abrantes que define as condições de Transmissão e Utilização dos Lotes, estabelecendo preços e condições de venda e criando normas de resolução e reversão pela não conformidade de uso dos lotes/parcelas com o definido em regulamento e estabelecido no ato de venda.

Propõe ainda o regulamento a condição de admissão, através de candidatura, aos espaços contidos na aérea do Plano, definindo critérios de admissão para as mesmas. - 70175

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida proposta, nos termos e com os fundamentos da informação nº 19/2012.EC, da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Nº 38 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante a uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 12 de junho de 2012, acerca do pedido da firma Isatel – Sociedade de Construções, Lda, titular do processo de loteamento nº 925/01, urbanização “Arca de Água”, S. Vicente, Abrantes, para substituição de garantia bancária, por uma garantia real (Lote 38), da mesma urbanização, que sugere que se considere a substituição da garantia no valor de 21.000€, por hipoteca sobre o Lote 38 a favor do Município de Abrantes, devendo constar no próprio título que a mesma estará sujeita a atualizações nos termos do nº 4 do Artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.

A mesma deverá ainda, de acordo com o nº 2 do Artigo 54º desse diploma legal, manter-se válida até à receção definitiva das obras de urbanização e pressupõe que o Lote 38 esteja, presentemente, livre de quaisquer ónus ou encargos. - 925/01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada nos termos da referida informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 12 de junho de 2012, que se dá por transcrita.



Nº 39 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 40 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o pedido de parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços para o controlo analítico das águas para consumo humano, águas residuais, piscinas municipais e do rio Tejo na zona do Aquapolis. – 76943

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, para o controlo analítico das águas para consumo humano, águas residuais, piscinas municipais e do rio Tejo na zona do Aquapolis.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 41 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência da informação nº 164 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 30 de maio de 2012, acerca do pedido de reorganização de trânsito e estacionamento junto ao portão da Escola Básica de Chainça, Abrantes, requerido pelo Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Fernandes.

Ata da reunião de -18- de junho de 2012

Mais informa que foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de S. Vicente, relativamente à reorganização do trânsito nas imediações da referida escola, tendo a mesma imitado a sua concordância relativamente ao assunto. - 65574

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a reorganização de trânsito e estacionamento junto ao portão da Escola Básica de Chainça, Abrantes, nos termos da referida informação nº 164 do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos.

Ao Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos, para os devidos efeitos.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 42 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, que remete para aprovação, o pedido de autorização prévia genérica, relativamente à assunção de compromissos plurianuais para os seguintes casos:

- que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das GOP;
- que os seus encargos não excedam o limite imposto no artº 22º da Lei nº 197/99, de 8 de junho (99.759,58€) em cada um dos anos económicos. - 77938

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de autorização prévia, de acordo com a citada informação da Divisão Financeira e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.





Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o vice-Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e trinta e sete minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA


A ASSISTENTE TÉCNICA


Ata da reunião de -18- de junho de 2012

Festas2012

Abrantes

2
187

Vários condicionalismos do contexto atual, obrigaram-nos a repensar as Festas de Abrantes e a definir um conceito e um modelo de Festas adaptado às contingências sociais e económicas que atravessamos.

Daqui, à criação de um novo figurino foi um passo. Respeitando os condicionalismos existentes, mas com a preocupação de manter o nível de prestígio e qualidade que Abrantes já conquistou, desenvolveu-se uma ideia: Feito em Abrantes. Como uma etiqueta, "*made in Abrantes*". Um selo de qualidade reconhecida. Uma afirmação do valor daquilo que é nosso e que é genuíno. Dos talentos locais.

Foi assim desenhado um programa, com os grupos locais, os artistas locais, as associações culturais e desportivas locais, os talentos locais de forma a dar visibilidade, potenciar e divulgar o que se faz, em termos culturais e desportivos no Concelho de Abrantes.

Os objetivos que tínhamos traçado foram claramente assumidos e consolidados.

Apostámos na promoção da cidade e do Concelho, através da valorização da produção cultural e criatividade locais.

Dinamizámos os espaços e equipamentos culturais existentes.

Demos mais vida ao Centro Histórico, ocupando algumas lojas devolutas.

Promovemos exposições e laboratórios de arte para iniciar e integrar as pessoas em matérias como a joalharia ou a escrita criativa.

Estimulámos grupos, bandas, instituições e associações culturais e recreativas locais à divulgação dos seus produtos e da sua arte em geral.

Contribuímos, de forma inequívoca, para a difusão e salvaguarda das expressões culturais locais, visando um maior conhecimento das raízes da nossa cultura.

Afirmámos igualmente novas vivências sociais contemporâneas, que projectam imagens novas e apelativas.

Hoje podemos afirmar que criámos um evento de prestígio, onde foram evidenciadas as potencialidades da imagem de Abrantes, com o cuidado de afirmar uma territorialidade e uma identidade próprias.

A aposta neste modelo de Festas, concretizada através desta dinâmica de revitalização do Centro Histórico, de dinamização dos equipamentos culturais, de apresentação e valorização de grupos, ranchos, bandas e outros talentos, de mostra e venda de artesanato do Concelho, de artesanato urbano nas ruas, de provas desportivas, de um contínuo e diversificado movimento cultural artístico e criativo a acontecer em todos os espaços, aliada aos dois eventos de maior dimensão, um cultural e outro desportivo, consolidaram assim o desenho das Festas de 2012.

Importa referir e destacar alguns elementos fundamentais que contribuíram para o sucesso destas Festas.

As cerimónias oficiais do Dia da Cidade, que este ano foram o palco para o reconhecimento do trabalho e do mérito de algumas pessoas e instituições do Concelho.

A atuação e a revelação dos talentos locais nos vários palcos espalhados pela cidade, marcou pela diversidade. Desde o fado, aos grupos de música tradicional portuguesa, às bandas jovens e outras de afirmação já mais consolidada.

A presença do artesanato e das tradições locais do concelho com grande representação – as exposições de arte - a exposição e divulgação de vários projetos e de instituições no Mercado Criativo.

Ainda no Mercado Criativo, a exposição dos trabalhos dos artesãos locais que já vendem na loja da Alma Lusa, em Lisboa. Fruto do trabalho iniciado há um ano, por ocasião da inauguração do Mercado Criativo, com Ana Sousa Dias, que tem vindo, desde então, a trabalhar com alguns artesãos locais.

A representação das Associações nas tasquinhas instaladas no Jardim da República.

A instalação da quermesse, onde estiveram representadas as várias comissões sociais de freguesia. Também aqui foram distribuídos os pãezinhos de Santo António, oferta da panificadora da Casa Branca que também se quis associar às Festas, contribuindo desta forma para uma causa social.

A representação da Palha de Abrantes foi largamente mencionada no programa da Rádio Comercial, durante estes dias.

A inauguração de mais uma exposição de antevisão do MIAA, no Museu D. Lopo de Almeida, desta vez com o tema “Em pedra: lascar, polir, gravar...”.

A Galeria Municipal, inaugurou a exposição de Ana Vidigal, “Austeridade (e pequenos sinais de fumo)”.

Na Biblioteca Municipal António Botto, pode ainda visitar-se “Abrantes, um património por redescobrir”.

A concentração de atividades no Centro Histórico, com o objetivo de beneficiar o comércio local com a dinâmica criada e afluência de público, geradas pelas Festas.

A valorização das lojas devolutas, usando-as como espaços para exposições revelou-se um sucesso. Em alguns casos, os trabalhos foram todos vendidos.

Mais um complemento. O artesanato urbano nas ruas, que atraiu milhares de visitantes ao Centro Histórico.

Os workshops de joalheria e de escrita criativa, todos com lotação esgotada. Inclusivamente, o workshop de joalheria vai ter mais sessões nos próximos fim de semana.

No Espaço Jovem, nas antigas instalações do Centro de Emprego, a revelação de um jovem estilista de apenas 12 anos. A dinamização do Espaço Criança, feita pela EPDRA, conquistou as crianças e pais.

As várias provas desportivas: downhill, canoagem, águas abertas, carrinhos de rolamentos, torneios de voleibol, futebol e rugby de praia, torneios de sueca e de xadrez, reuniram cerca de 700 participantes.

O concerto da Mariza, que atraiu milhares de pessoas ao Aquapolis, foi considerado por muitos um momento mágico.

Depois uma ausência de vários anos, o regresso do Concurso de Saltos ao “Hipódromo dos Mourões”, que reuniu cerca de 200 participantes, pode significar uma valência adicional na promoção turística do Concelho.

É este o balanço de quatro dias de Festas em Abrantes.


A aposta num conceito “*made in Abrantes*” foi conseguida.

Vamos continuar a apoiar e a divulgar a arte e a cultura do nosso Concelho.

2
AR

A todos agradecemos a participação.
Abrantes está de parabéns!

2
AST



PELA RACIONALIADE DA REFORMA DO MAPA JUDICIÁRIO

Declaração

18 de Junho de 2012

A racionalização do sistema de justiça passa, necessariamente, por um novo mapa judiciário, concentrando mais meios humanos e financeiros onde eles são necessários, reestruturando serviços e encerrando estruturas ineficientes ou supérfluas.

Esta é uma daquelas evidências que não vale a pena discutir e contra a qual não vale a pena lutar, tendo em conta a grave crise económica em que vivemos e a necessidade urgente de cortar no supérfluo para não faltar no essencial.

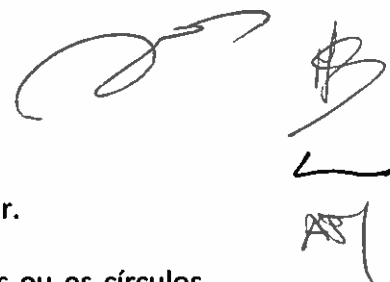
Basta ter em conta que Portugal tem 2,2 tribunais por cada 100.000 habitantes, quando a maioria dos países europeus tem 1,3 tribunais por cada 100.000 habitantes, sendo a nossa organização judiciária extremamente ineficiente e desprovida de racionalidade económica.

Não é, por isso, defensável, nem inteligente, a tomada de posição da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) que decidiu, por unanimidade, manifestar o seu desacordo, sem mais, com o encerramento previsto pelo governo de vários tribunais da região, sem apresentar qualquer alternativa.

Com efeito, esta tomada de posição corresponde literalmente a um *non liquet*, posição que os nossos políticos demagogos muito apreciam porque cria a convicção junto dos eleitores de que estão a lutar pelos seus direitos quando, na verdade, estão apenas a procurar cair nas suas graças para garantir o seu voto.

Mas se a tomada de posição da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo não é racional, fazendo lembrar os professores que, pura e simplesmente, recusavam qualquer avaliação, a actual ministra da Justiça só faz lembrar a voluntariosa Maria de Lurdes Rodrigues que queria impor um modelo de avaliação dos professores que não tinha pés nem cabeça.

Com efeito, a reforma do mapa judiciário, tal como foi apresentado pelo Governo, também não é defensável do ponto de vista da racionalidade económica como, aliás,

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page. There are three distinct marks: a large, flowing signature, a smaller signature, and the initials 'AS'.

qualquer pessoa com um mínimo de senso não pode deixar de constatar.

Não adianta agora discutir se a reforma deve ter por base os distritos ou os círculos judiciais, porque a verdade é que foi precisamente o Governo de Portugal que assentou a organização judiciária no círculo judicial.

E cada Governo que inicia funções não pode nem partir do princípio que Portugal começou no dia da sua tomada de posse, nem ter a presunção idiota de que descobriram a solução mágica para os nossos problemas, caso contrário vamos passar a vida a começar de novo sem nunca darmos continuidade a coisa alguma.

Consequentemente, se a nossa organização judiciária tem por base o círculo judicial, qualquer reforma do mapa judiciário tem de partir do círculo judicial e por uma razão óbvia: todos os operadores judiciários organizaram a sua vida tendo por base essa realidade. E fizeram grandes investimentos nessa base: compra de casa, de escritório, contratação de funcionários, etc. etc.

O Governo não pode agora deitar isto tudo para o lixo e pretender depois contar com o empenho, a dedicação e a boa vontade dos operadores judiciários, factores absolutamente essenciais para que qualquer reforma, por muito boa que seja, consiga vingar.

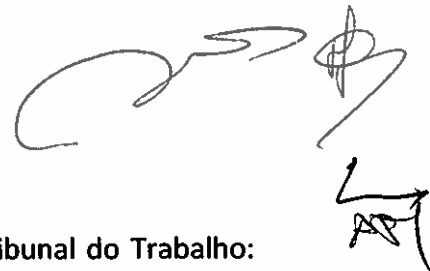
Ora, o que o Governo pretende fazer não é uma reforma mas uma revolução e toda a gente sabe que as revoluções são empurrões dados ao povo que, em vez de o fazer correr, fazem-no cair... E o pior depois é levantá-lo do chão.

Mas a irracionalidade económica da proposta do Governo não se fica por aqui.

Com efeito, qualquer reforma do mapa judiciário para ser racional do ponto de vista económico não pode funcionar como um acelerador da desertificação do território, que é hoje um dos principais dramas com que se debate o nosso país, designadamente do ponto de vista económico.

Portugal é hoje uma avião prestes a despenhar-se no mar porque já só tem a funcionar o motor da asa esquerda.

Senão vejamos: a distância entre Santarém e Aveiro é, sensivelmente, a mesma que entre Santarém e Portalegre.



Entre Santarém e Portalegre, só havia um círculo judicial e um Tribunal do Trabalho: Abrantes, que desaparece do novo mapa judiciário.

Por sua vez, entre Santarém e Aveiro, o novo mapa judiciário apresenta os seguintes tribunais com competências reforçadas: Caldas da Rainha, Alcobaça, Tomar, Leiria, Pombal, Figueira da Foz, Coimbra, Águeda, Oliveira do Bairro e Aveiro.

Ou seja, entre Santarém e Portalegre, a única (repito, **A ÚNICA**) cidade sede de um círculo judicial desaparece do mapa e, entre Santarém e Aveiro, aparecem dez cidades com tribunais com competência reforçadas.

Sem esquecer que Santarém tem a sul, a cerca de 50 km, Vila Franca de Xira que, recorde-se, dista apenas 20 minutos do novo Campus da Justiça.

Como facilmente se constata, o novo mapa judiciário só vai acentuar o já íngreme declive do nosso território em direcção ao litoral e afirmar, definitivamente, a auto-estrada A1 como a verdadeira fronteira de Portugal.

Se o Governo considera que Portugal termina na A1, então que dê a independência ao resto do território que nós cá nos havemos de governar.

Além disso, qual a racionalidade económica de preferir Tomar a Abrantes, quando (I) o tribunal de Abrantes sempre funcionou melhor do que o de Tomar, (II) o tribunal de Abrantes é o único tribunal de círculo existente entre Santarém e Portalegre e (III) Tomar está pejada de tribunais com competências reforçadas por todos os lados: Santarém, Leiria, Alcobaça, Leiria, Pombal e Coimbra.

A não ser que seja por ser a terra de Miguel Relvas, o que, para além de ser uma explicação óbvia, não é muito abonatória nem da imparcialidade do Governo, nem do bom exemplo que os governantes devem dar, sobretudo quando pedem tão grandes sacrifícios aos portugueses.

Face ao exposto, os vereadores eleitos pelo PSD vêm reafirmar que a necessária e indispensável racionalização do sistema de justiça passa, necessariamente, não só por um novo mapa judiciário, mas por um mapa judiciário que tenha por base os círculos judiciais existentes e que seja um factor de coesão territorial.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

27

Folha : 1

27

27

```
***
*** processado por computador ***
*** sistemas InforJue ***
***
```